

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.603 - SP (2019/0225888-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : A P DE F
AGRAVANTE : M G P
ADVOGADO : MIGUEL CARVALHO BATISTA E OUTRO(S) - SP399851
AGRAVADO : FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA.
ADVOGADO : CELSO DE FARIA MONTEIRO E OUTRO(S) - SP138436
ADVOGADOS : ISABELA BRAGA POMPILIO E OUTRO(S) - DF014234
NATÁLIA ALVES BARBOSA E OUTRO(S) - DF042930

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno (fls. 230/237, e-STJ), interposto por A P DE F E OUTRO, em face de decisão monocrática da Presidência do STJ (fls. 227/228, e-STJ, que não conheceu do recurso especial ante sua intempestividade.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 169/174, e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 170, e-STJ):

ACÇÃO INDENIZATÓRIA. Postagem na rede social - Facebook -, dos autores após queda em um canal, na cidade de Santos/SP. Dano moral. Inocorrência. Filmagem realizada em local público, sem cunho ofensivo. Dissabor inerente ao cotidiano, incapaz de macular a honra, imagem e dignidade dos autores. Sentença mantida. Recurso negado.

Não foram apresentados embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial (fls. 178/183, e-STJ), os insurgentes apontam a ocorrência de divergência jurisprudencial quanto à interpretação dada aos artigos 186 e 927, do Código Civil, ao argumento de que a não remoção das ofensas irrogadas aos ora agravantes, tão logo cientificado o provedor, caracteriza ato ilícito ensejador do dever de indenizar.

Contrarrazões às fls. 199/216, e-STJ.

Admitido o recurso especial na origem (fls. 217/218, e-STJ), ascenderam os autos a esta egrégia Corte de Justiça.

Em decisão monocrática (fls. 227/228, e-STJ), a Presidência desta Corte não conheceu do recurso especial, ante a interposição fora do prazo legal.

No presente agravo interno (fls. 230/237, e-STJ), os agravantes pugnam pelo conhecimento do reclamo, demonstrando a tempestividade do recurso especial.

Impugnação às fls. 241/248, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Ante as razões expendidas no agravo interno de fls. 230/237, e-STJ, uma vez comprovada a tempestividade do reclamo, conforme entendimento exposto no REsp 1653976/RJ, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Rel. p/ Acórdão Ministro ANTONIO CARLOS

FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 01/08/2018, **reconsidero** a decisão monocrática anteriormente proferida às fls. 227/228, e-STJ, e passo, de pronto, à análise do recurso especial.

A irrisignação **não merece** prosperar.

1. Inicialmente, cumpre esclarecer que, conforme a jurisprudência desta Corte, o provedor não responde objetivamente pelo conteúdo inserido pelo usuário em sítio eletrônico, por não se tratar de risco inerente à sua atividade, embora esteja obrigado a retirar imediatamente o conteúdo moralmente ofensivo quando notificado, sob pena de responder solidariamente com o autor direto do dano.

Nesse sentido, os precedentes a seguir:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO ELETRÔNICO E RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. PROVEDOR DE BUSCA NA INTERNET SEM CONTROLE PRÉVIO DE CONTEÚDO. ORKUT. MENSAGEM OFENSIVA. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. INÉRCIA DO PROVEDOR DE BUSCA. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA CARACTERIZADA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Este Tribunal Superior, por seus precedentes, já se manifestou no sentido de que: I) o dano moral decorrente de mensagens com conteúdo ofensivo inseridas no site por usuário não constitui risco inerente à atividade desenvolvida pelo provedor da internet, porquanto não se lhe é exigido que proceda a controle prévio de conteúdo disponibilizado por usuários, pelo que não se lhe aplica a responsabilidade objetiva, prevista no art. 927, parágrafo único, do CC/2002; II) a fiscalização prévia dos conteúdos postados não é atividade intrínseca ao serviço prestado pelo provedor no Orkut.

2. A responsabilidade subjetiva do agravante se configura quando: I) ao ser comunicado de que determinado texto ou imagem tem conteúdo ilícito, por ser ofensivo, não atua de forma ágil, retirando o material do ar imediatamente, passando a responder solidariamente com o autor direto do dano, em virtude da omissão em que incide; II) não manter um sistema ou não adotar providências, que estiverem tecnicamente ao seu alcance, de modo a possibilitar a identificação do usuário responsável pela divulgação ou a individuação dele, a fim de coibir o anonimato.

3. O fornecimento do registro do número de protocolo (IP) dos computadores utilizados para cadastramento de contas na internet constitui meio satisfatório de identificação de usuários.

4. Na hipótese, a decisão recorrida dispõe expressamente que o provedor de busca foi notificado extrajudicialmente quanto à criação de perfil falso difamatório do suposto titular, não tendo tomado as providências cabíveis, optando por manter-se inerte, motivo pelo qual responsabilizou-se solidariamente pelos danos morais infligidos à promovente, configurando a responsabilidade subjetiva do réu.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.402.104/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 18/06/2014).

CIVIL E CONSUMIDOR. INTERNET. RELAÇÃO DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DO CDC.

PROVEDOR DE CONTEÚDO. FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO CONTEÚDO POSTADO NO SITE PELOS USUÁRIOS. DESNECESSIDADE. MENSAGEM DE CUNHO OFENSIVO.

DANO MORAL. RISCO INERENTE AO NEGÓCIO. INEXISTÊNCIA. CIÊNCIA DA EXISTÊNCIA DE CONTEÚDO ILÍCITO. RETIRADA DO AR EM 24 HORAS. DEVER.

SUBMISSÃO DO LITÍGIO DIRETAMENTE AO PODER JUDICIÁRIO.

CONSEQUÊNCIAS.

DISPOSITIVOS LEGAIS ANALISADOS: ARTS. 14 DO CDC E 927 DO CC/02.

1. Ação ajuizada em 26.02.2008. Recurso especial concluso ao gabinete da Relatora em 14.08.2012.

2. Recurso especial em que se discute os limites da responsabilidade de provedor de rede social de relacionamento via Internet pelo conteúdo das informações veiculadas no respectivo site.

3. A exploração comercial da internet sujeita as relações de consumo daí advindas à Lei nº 8.078/90.

4. A fiscalização prévia, pelo provedor de conteúdo, do teor das informações postadas na web por cada usuário não é atividade intrínseca ao serviço prestado, de modo que não se pode reputar defeituoso, nos termos do art. 14 do CDC, o site que não examina e filtra os dados e imagens nele inseridos.

5. O dano moral decorrente de mensagens com conteúdo ofensivo inseridas no site pelo usuário não constitui risco inerente à atividade dos provedores de conteúdo, de modo que não se lhes aplica a responsabilidade objetiva prevista no art. 927, parágrafo único, do CC/02.

6. Ao ser comunicado de que determinada postagem possui conteúdo potencialmente ilícito ou ofensivo, "deve o provedor removê-la preventivamente no prazo de 24 horas, até que tenha tempo hábil para apreciar a veracidade das alegações do denunciante, de modo a que, confirmando-as, exclua definitivamente o vídeo ou, tendo-as por infundadas, restabeleça o seu livre acesso, sob pena de responder solidariamente com o autor direto do dano em virtude da omissão praticada.

7. Embora o provedor esteja obrigado a remover conteúdo potencialmente ofensivo assim que tomar conhecimento do fato (mesmo que por via extrajudicial), ao optar por submeter a controvérsia diretamente ao Poder Judiciário, a parte induz a judicialização do litígio, sujeitando-o, a partir daí, ao que for deliberado pela autoridade competente. A partir do momento em que o conflito se torna judicial, deve a parte agir de acordo com as determinações que estiverem vigentes no processo, ainda que, posteriormente, haja decisão em sentido contrário, implicando a adoção de comportamento diverso. Do contrário, surgiria para as partes uma situação de absoluta insegurança jurídica, uma incerteza sobre como se conduzir na pendência de trânsito em julgado na ação.

8. Recurso especial provido.

(REsp 1.338.214/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/11/2013, DJe 02/12/2013).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA POR DANO

MORAL - EXCLUSÃO DE PÁGINA DE RELACIONAMENTO - ORKUT - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO - INSURGÊNCIA DA RÉ.

1. É deficiente a fundamentação do recurso que, acusando omissão no acórdão recorrido, não indica os pontos sobre os quais recai o suposto vício. Incidência da Súmula 284/STF.

2. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que "o dano moral decorrente de mensagens com conteúdo ofensivo inseridas no site pelo usuário não constitui risco inerente à atividade dos provedores de conteúdo, de modo que não se lhes aplica a responsabilidade objetiva prevista no art. 927, parágrafo único, do CC/02" (REsp 1.308.830/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/05/2012, DJe 19/06/2012). Contudo, o provedor de conteúdo de internet responderá solidariamente com o usuário autor do dano se não retirar de imediato o material moralmente ofensivo inserido em sítio eletrônico.

3. Revela-se impossível o exame da tese fundada na inexistência de desídia da recorrente ao não retirar o perfil denunciado como falso e de conteúdo ofensivo (página de relacionamento - orkut), porque demandaria a reexame de fatos e provas, providência vedada a esta Corte em sede de recurso especial nos termos da Súmula 7/STJ.

4. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por dano moral pode ser revisto, no âmbito de recurso especial, tão somente nas hipóteses em que a condenação revelar-se irrisória ou excessiva, distanciando-se dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Incidência da Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 240.713/MG, Minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 27/09/2013).

2. No que interessa, cinge-se a controvérsia acerca da responsabilidade civil do provedor por não retirar a publicação de vídeo, alegadamente ofensivo, de terceiros, tão logo comunicado. Alega os insurgentes que o acórdão recorrido, negou vigências aos arts. 186 e 927, do Código Civil, ao argumento de que o recorrido tem responsabilidade pelo evento, porquanto agiu de forma omissa ao não realizar o filtro/retirada do vídeo dos insurgentes após queda em canal, o que caracteriza ato ilícito caracterizador do dever de indenizar.

No particular, o Tribunal local assim concluiu (fls. 173/174, e-STJ):

Mas essa comunicação, por si, **não faz exsurgir o dever de indenizar, pois era imprescindível o dano e este não experimentaram os autores.**

Sabido e consabido que a Constituição Federal resguarda o direito à imagem, mas sobre o caso versado além da filmagem ter sido levada a efeito em local público, **não houve, por parte do usuário que a publicou, nenhum comentário jocoso que pudesse macular a honra dos autores** (fls. 19/25), **ou causar-lhes danos à imagem que sustentam em sociedade.**

Não se extrai do fato de terem sido filmados após ambos tropeçarem e caírem dentro do canal, situação de aviltamento ao direito subjetivo de cada um. Sentiram-se, pro suposto, e quiçá, envergonhados, mas fato este substancialmente distante de fazerem jus à pretensão deduzida em juízo.

Nesta traça, não há que se falar em dano moral no caso concreto, sendo de

rigor a manutenção da sentença recorrida.

Como se vê, o Tribunal de origem, com base nos elementos fático-probatórios carreados aos autos, entendeu que o recorrido não praticou qualquer ato ilícito ensejador de responsabilidade civil.

Nesse sentido, a reforma do aresto hostilizado, com a desconstituição de suas premissas, impõe incontornável incursão no conjunto fático-probatório dos autos, atraindo a incidência da Súmula 7/STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA REQUERIDA. 1. As questões trazidas à discussão foram dirimidas pelo Tribunal de origem de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, devendo ser afastada a alegada violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973. 2. **Rever o entendimento da Corte a quo, a qual consignou que, diante da realidade fática apresentada nos autos, evidenciou-se o dano experimentado pelo recorrido, demandaria necessário reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula 7 do STJ. Precedentes.** [...]. 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 665.362/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 21/09/2016).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. OFENSA À HONRA E À IMAGEM. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 473.122/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 31/05/2016) AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO DE ATO ILÍCITO. QUANTUM FIXADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. 1. **O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.** 2. No caso concreto, o Tribunal estadual concluiu pela falha na prestação dos serviços prestados à paciente e pela demonstração de conduta ilícita do Hospital Geral El Kadri Ltda. mantendo o valor arbitrado a título de indenização por danos morais. Alterar esse entendimento é inviável em recurso especial, ante o óbice da referida súmula. 3. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 978.831/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 14/02/2017).

Superior Tribunal de Justiça

3. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **nego provimento** ao recurso especial. Com base no artigo 85, § 11, do CPC/15, majoro os honorários sucumbenciais para 20% sobre o valor atualizado da causa, observado o disposto no artigo 98, § 3º, do mesmo diploma normativo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator